

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

MULHERES, ECOFEMINISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DIANTE DAS PERSPECTIVAS DE REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DE GÊNERO

*WOMEN, ECOFEMINISM AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT FACE TO
PERSPECTIVES OF REDISTRIBUTION AND RECOGNITION OF GENDER*

Rosângela Angelin¹

SUMÁRIO: Introdução; 1. Mulheres E Natureza: Um Ponto De Encontro Ou Um Discurso Dominador?; 2. Ecofeminismo: aliando ecologia e feminismo rumo a um desenvolvimento sustentável; 3. redistribuição e reconhecimento de gênero na perspectiva ecofeminista de um desenvolvimento sustentável; Considerações Finais; Referências das Fontes Citadas.

RESUMO: Através do enfoque dos movimentos ecofeministas e das teorias da redistribuição e do reconhecimento de gênero de Nancy Fraser e Axel Honneth, o artigo analisar o que motiva as mulheres a proteger o meio ambiente: seria uma pré-disposição natural ou uma construção cultural? Existe alguma relação entre exploração e dominação da natureza diante da dominação e da subordinação das mulheres nas relações de gênero? A partir do método de procedimento sócio-histórico-analítico e da abordagem dedutiva, constata-se que, a exploração da natureza e das mulheres é resultado de processos capitalistas/patriarcais que os considera objetos, demonstrando, assim, que a proximidade delas com o ecossistema não ocorreu por um fator natural, mas pelas condições de vida impostas. Diante da incontestável crise ambiental, as ideias do cuidado e da solidariedade, desenvolvidas pelas mulheres, podem contribuir para apontar alternativas de mudanças voltadas ao desenvolvimento sustentável, que passam pelo reconhecimento e a redistribuição de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Ecofeminismo. Desenvolvimento sustentável. Redistribuição e Reconhecimento de gênero. Mulheres e meio ambiente.

¹ Pós-Doutoranda na Faculdades EST, São Leopoldo-RS. Doutora em Direito pela Universidade de Osnabrueck (Alemanha). Docente do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* – Mestrado em Direito da Universidade Regional integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus Santo Ângelo e da Graduação de Direito dessa Instituição, situada no município de Santo Ângelo, Estado do Rio Grande do Sul (Brasil). Coordenadora dos Projetos de Pesquisa Multiculturalismo, Direitos Humanos e Cidadania e Direitos e Movimentos Sociais: em busca da Cidadania, ambos do programa de Mestrado acima referido. Integrante do Núcleo de Pesquisa de Gênero da Faculdades EST. Integra a Marcha Mundial de Mulheres. E-mail: rosangelaangelin@yahoo.com.br

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

ABSTRACT: By focusing the ecofeminists movements and the theories of redistribution and recognition of gender of Nancy Fraser and Axel Honneth, the article analyzes what motivates women to protect environment: would it be a natural predisposition or a cultural framing? Is there any relation between exploitation and domination of nature face to domination and subordination of women in gender relations? From the social historical analytic method of procedure and the deductive approach, it's possible to realize that the exploitation of nature and women is result of capitalist and patriarchal procedures, which consider them as objects, fact that demonstrates that the proximity of women with ecosystem didn't happen by a natural factor, but by the imposed life conditions. Face to the unquestionable environmental crisis, the ideas of care and solidarity developed by women can contribute to offer alternatives of changes focused on sustainable development, and that pervade by recognition and redistribution of gender.

KEYWORDS: Ecofeminism. Sustainable Development. Redistribution and Recognition of Gender. Women and environment.

INTRODUÇÃO

Num momento histórico em que o tema ambiental e teorias de desenvolvimento sustentável se encontram nos centros de debates de várias áreas do conhecimento, não há como esquivar-se de analisar as relações dos comportamentos humanos entre si e com o meio ambiente natural. As relações de poder, em especial numa sociedade dirigida pelos moldes de produção capitalista, tomam proporções que avançam rumo a desumanização e destruição do planeta. Alarmante é o fato de que, embora se tenham criado legislações e campanhas de conscientização para a preservação e o cuidado com a natureza, esses modelos de desenvolvimento ditos sustentáveis são construídos a partir de uma visão antropocêntrica que, por sua vez, acaba separando as pessoas da natureza, e reduzindo essa ao *meio ambiente*, com a conotação de ser apenas um *meio* ou um *cenário* do qual os seres humanos se utilizam para viver.

Ao que pese o fato das pessoas cultuarem essa relação antropocêntrica com a *natureza*, a preocupação com essa tem aumentado no decorrer das últimas décadas, em especial, diante de realidades alarmantes como catástrofes naturais, aquecimento global, falta de água potável, poluição e aumento de doenças. A busca incessante pela geração e comercialização de riquezas tem

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

levado a humanidade a uma grande crise ambiental, a qual tem se agravado de maneira alarmante. Embora o desenvolvimento tecnológico tenha proporcionado avanços na sociedade, ao mesmo tempo, esse tem alavancado problemas e riscos ambientais que comprometem a qualidade de vida das gerações atuais e futuras, a ponto da maioria dos países terem incluído a tutela ambiental em suas Constituições e, criado legislações específicas na tentativa de alcançar um desenvolvimento dito *sustentável* para as nações.

Equivoca-se quem analisa de forma isolada os problemas ambientais, uma vez que os mesmos encontram-se num contexto sistêmico, interligado e interdependente a outros fatores como a economia e o desenvolvimento das relações humanas. Embora as legislações dos Estados Democráticos primem, na maioria dos casos, pela proteção ambiental, como o Brasil, que possui um capítulo específico em sua atual Constituição Federal para tratar da qualidade ambiental e sua promoção como responsabilidade do Estado e da coletividade, o modo de produção capitalista segue centrando-se na exploração da natureza e dos seres humanos, contribuindo para o aprofundamento das crises ambientais e de desenvolvimento humano.

Mas o que tem a ver as mulheres com um assunto tão amplo e delicado? Ao se abordar o tema envolvendo as categorias *mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável*, não se pode deixar de elucidar que, as mulheres têm desenvolvido no decorrer da história da humanidade uma relação de proximidade e cuidado com o ecossistema diferente dos homens. Assim sendo, o grande desafio deste trabalho é analisar o que motiva as mulheres a proteger o meio ambiente: seria uma pré-disposição natural ou uma construção cultural? Existe alguma relação entre exploração e dominação da natureza diante da dominação e da subordinação das mulheres nas relações de gênero? Essas análises serão desenvolvidas sob o enfoque das contribuições dos movimentos ecofeministas e, ao mesmo tempo das teorias da redistribuição e do reconhecimento de gênero de Nancy Fraser e de Axel Honneth.

1. MULHERES E NATUREZA: UM PONTO DE ENCONTRO OU UM DISCURSO DOMINADOR?

"Transformar el modelo androcéntrico de desarrollo, conquista y explotación destructivos implica tanto asumir una mirada empática sobre la Naturaleza como un análisis crítico de las relaciones de poder".²

Lançar um olhar sobre a história das mulheres pressupõe, indispensavelmente, compreender sua relação com a natureza nas mais diversas perspectivas: seja a natureza vista como um ambiente de espaço de vivências e manutenção da vida, ou a relação natureza/mulheres utilizada como uma justificativa biológica para o exercício de relações de poder e opressão das mulheres. A vista disso é interessante notar que as mulheres possuem e, ao mesmo tempo desenvolveram, um ponto de encontro com o meio ambiente natural que foi sendo cada vez mais próximo, em decorrência de diversos fatores, entre eles o cuidado com a vida e, junto a isso, a *naturalização* dos papéis femininos, repassando responsabilidades para as mesmas que as aproximaram mais de situações envolvendo natureza. O que se deve ter presente como linha norteadora desse tipo de análise é o cuidado e a perspicácia para não se relativizar e universalizar a relação entre mulheres e natureza, a fim de não se incorrer no erro de *naturalizar* as identidades femininas numa visão determinista. Com efeito, as identidades não são fixas e podem ser contingentes e transitórias, apresentando caráter fragmentado, histórico, plural e instável. Elas são construídas a partir de processos históricos conscientes e, ao mesmo tempo inconscientes, que as tornam inconclusas e em constante mutação, conforme pondera Hall:

Assim, a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconsistentes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo transformada". [...] assim, em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar em *identificação*, e vê-la como um

² PULEO, Alicia H. Feminismo y Ecología. **El Ecologista**. Nº 31. Espanha, 2002, p. 22.

processo em andamento. A identidade surge não tanto pela plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por *outros*.³

Nesse norte, o que se percebe nos últimos períodos da história da humanidade, é uma intencionalidade nada ingênua, de fixar as identidades masculinas e femininas de forma mais duradoura, baseadas em justificativas voltadas em fatores de diferenciação *naturais* entre homens e mulheres. Porém, tal tentativa é constantemente *abalada* pelo empoderamento das mulheres que tem demonstrado a possibilidade de modificar as experiências e os significados delas, alterando, assim, a cultura. Então, o que se pretende nesse início de estudo, é vislumbrar, brevemente, a relação das mulheres com a natureza nos primórdios da humanidade e, a partir disso, como tais elementos foram sendo utilizados para oprimir as mulheres, no decorrer dos tempos.

Uma das primeiras representações divinas criadas pelos seres humanos foi a figura da *Deusa*, que representava a *mãe terra*. Conforme a mitologia grega, a Grande Mãe criou o universo sozinha, sendo Gaia a criadora primária, a *Mãe Terra*. Também as religiões pagãs antigas, como as dos Vikings e Celtas, tinham uma relação próxima com a natureza e cultuavam deusas, concedendo um destaque especial para as mulheres, pois estas tinham uma proximidade muito grande com a *Mãe Terra*, ambas possuindo o poder da fertilidade. Riane Eisler⁴, em sua obra *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*, pondera acerca do significado sagrado do corpo das mulheres, no período paleolítico:

Nossos ancestrais do paleolítico e do começo do neolítico imaginavam o corpo da mulher como um receptáculo mágico. Devem ter observado como sangra de acordo com a lua e como miraculosamente produz gente. Também devem

³ HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005, p. 39.

⁴ Riane Eisler é austríaca e vive nos Estados Unidos da América. Formou-se em Sociologia e Direito pela Universidade de Los Angeles. Atualmente advoga e, além disso, é escritora e ativista social. Suas obras versam em torno de releituras da arqueologia, perpassando pela antropologia, sociologia, história da arte, política e economia, ponderando sobre as relações humana e apontando a existência de duas formas de relações humanas: as de parceria e as de dominação.

ter-se maravilhado com o fato de ele prover alimento, produzindo leite.⁵

Assim, é provável que os ancestrais ao se questionarem sobre a origem da vida, de onde vem e para onde vão os seres humanos depois da morte, tenham se reportado ao corpo das mulheres, “[...] imaginando o universo como uma Mãe generosa, de cujo ventre aflora toda a vida, e ao qual tudo retorna depois da morte para em seguida ressurgir, como nos ciclos da vida vegetal”.⁶ Nesse sentido, indícios arqueológicos e correntes teóricas da própria antropologia têm demonstrado que, nesse período da humanidade, as mulheres eram veneradas pela sua proximidade com os eventos e mistérios da natureza.

Elisabeth Badinter, filósofa e feminista francesa, também investiga em sua obra *Um é o outro*, os relacionamentos de homens e mulheres no decorrer da história da humanidade, buscando compreender o sentido que os padrões biológicos, culturais e comportamentais assumem nas relações humanas e na organização social. A autora aponta que, embora as mulheres tenham sido classificadas como mais fracas, lentas, com desequilíbrio de humor (devido a menstruação), acreditando-se que, *naturalmente* deveriam se submeter aos homens caracterizados como mais fortes, mais inteligentes e corajosos, muitos antropólogos e primólogos passaram a questionar essa dita inferioridade *natural* das mulheres. Seus argumentos baseiam-se no fato de que as mulheres, genitoras de seres humanos, tinham que alimentá-los e mantê-los vivos, enquanto os homens buscavam o alimento proteico. Esta atividade desenvolvida pelas mulheres, de coleta de frutos e cereais, exigia muita inteligência e agilidade, sendo, inclusive uma atividade perigosa, pois elas tinham que fazer isso de maneira rápida, eficaz e, ainda estarem atentas aos perigos do entorno. As mulheres precisavam “[...] ser capazes de manter uma atenção constante, de modo a satisfazer as necessidades de seus filhos: protege-los, alimentá-los,

⁵ EISLER, Riane. **O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo**. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 1996, p. 39-40.

⁶ EISLER, Riane. **O cálice e a espada: nosso passado, nosso futuro**. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges, Rocco. Rio de Janeiro, 2007, p. 29.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

distraí-los, prepará-los para a vida”⁷, descaracterizando, com isso, o argumento de fragilidade.

A partir da argumentação acima exposta, outra relação a ser evidenciada referente à proximidade das mulheres com a natureza é o surgimento da agricultura. De acordo com indícios arqueológicos remontados aos primeiros sinais de cultivo da terra, a agricultura foi uma invenção das mulheres que, ao exercerem a coleta de alimentos “[...] tinha a oportunidade de observar os fenômenos naturais da sementeira e da germinação. Era normal que ela tentasse reproduzi-los artificialmente”.⁸ Tal atividade, posteriormente, com o final da vida nômade, passou a ser dividida com os homens. Nesse mesmo sentido, Tanner afirma que as mulheres coletoras parecem ter tido uma contribuição mais significativa para a manutenção da espécie do que os homens: “Tinham uma vantagem evolutiva os filhos nascidos de mães inteligentes capazes de achar, juntar, pré-mastigar e partilhar alimento suficiente com eles”.⁹

Nesse mesmo sentido, Alícia H. Puleo¹⁰ busca, através de vários estudos já realizados sobre mulheres e natureza, trazer para o debate do ecofeminismo a desnaturalização da mulher como o gênero determinadamente mais próximo dos valores da natureza. Em parte de seus estudos, retoma as pesquisas de François Poulain de la Barre que desenvolve a hipótese, assim como Eisler, de que a sociedade pré-histórica era igualitária, sendo que as tarefas eram divididas entre homens e mulheres. Embora o autor defenda a tese de que, por natureza, as mulheres possuem uma sensatez maior que os homens, assim como a caridade e a modéstia são, entre outras características, peculiares das mulheres, ele

⁷ BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**. Relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p. 37.

⁸ BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**. Relações entre homens e mulheres, p. 59-60. Eisler pondera que “Tal dedução é reforçada ainda pelos inúmeros mitos religiosos antigos que explicitamente atribuem a invenção da agricultura à Deusa. Os documentos egípcios, por exemplo, referem-se insistentemente à Deusa Ísis como inventora da agricultura. Nas tábuas mediterrâneas, a Deusa Ninlil é reverenciada por ensinar seu povo a cultivar o solo. Tanto na arqueologia como na mitologia, há numerosas associações não-verbais que ligam a Deusa à agricultura” (EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro, p. 121).

⁹ TANNER *apud* EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro, p. 120.

¹⁰ Alícia H. Puleo nasceu na Argentina e é Doutora em Filosofia pela Universidade Complutense de Madri e professora Titular de Filosofia Moral e Política na Universidad de Valladolid (Espanha). Seus estudos sobre ecofeminismo têm contribuído muito para os movimentos feministas e ecologistas.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

expressa uma preocupação em demonstrar a posição de que todos esses valores femininos foram deformados pela educação. Tal afirmativa busca, sobretudo, provar que as mulheres sempre foram inteligentes e, portanto, merecem respeito: “´[...] las mujeres rurales que se dedican al cultivo de la tierra son capaces de predicciones meteorológicas mucho más acertadas que los almanaques de los astrólogos y las curandeiras proporcionan remedios naturales más eficaces que las recetas de los médicos”.¹¹

Interessante destacar aqui que, embora as mulheres detivessem um poder elevado nas sociedades paleolíticas e neolíticas, não se pode dizer que viviam em uma organização matriarcal, pois se pressupõe que não existia um padrão dominador das mulheres sobre os homens, mas sim uma sociedade baseada na parceria e na divisão sexual do trabalho.¹² Tal situação foi sendo alterada com o passar dos tempos, destacando-se alguns fatores que contribuíram para isso, como catástrofes naturais que geraram deslocamentos territoriais e grandes destruições, assim como invasões de povos que veneravam deuses da guerra masculinos, criando-se assim, um modelo de dominação nas relações social.¹³ Constata-se então que, a partir disso, a sociedade começou a se organizar cada vez mais de forma hierárquica, autoritária e masculina. Ruether pondera que, a religião da Deusa foi substituída pela adoração a um deus masculino e monoteísta, que mais tarde serviria de base para a cultura judaico-cristã.¹⁴ Para Eisler, a “[...] guerra e outras formas de violência social continuaram a desempenhar um papel central no desvio de nossa evolução cultural do sentido da parceria para o da dominação”.¹⁵

A substituição da Deusa por um Deus, conforme acima mencionado, fez com que se aprofundasse a dominação masculina. Com o cristianismo, a sociedade

¹¹ PULEO, Alicia H. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible. Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013, p. 327-328.

¹² RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião**: rumo a uma teologia feminina. Tradução de Walter Altmann; Luís Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993, p. 72; EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro, p. 67-68.

¹³ EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro, p. 91.

¹⁴ RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião**: rumo a uma teologia feminina, p. 50-51.

¹⁵ EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro, p. 95.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

ocidental afastou-se das origens pagãs de contato com a natureza e a mulher perdeu ainda mais seu destaque, já que o Deus cultuado passou a ser masculino. A única figura feminina sagrada preservada foi a de Maria, mas não como uma divindade, e sim como uma intermediária de Deus, uma coadjuvante.

Na presente análise, não se pode olvidar a *Caça às Bruxas*, que se configurou como um elemento histórico da Idade Média. Entre os séculos XV e XVI o *teocentrismo* decaiu dando lugar ao *antropocentrismo*. Assim, a arte, a ciência e a filosofia desvincularam-se cada vez mais da teologia cristã, conduzindo, com isso a uma instabilidade e descentralização do poder da Igreja. Como uma forma de reconquistar o centro das atenções e o poder perdido, a Igreja Católica instaurou os *Tribunais da Inquisição*, efetivando-se, assim, a *caça às bruxas*, o que reforçou a trindade masculina: *Pai, Filho e Espírito Santo*. O que ocorreu foi uma massiva campanha judicial realizada pela Igreja e pela classe dominante, em especial, contra as mulheres da população rural.¹⁶ Essa campanha foi assumida, tanto pela Igreja Católica, como a Protestante e pelo próprio Estado, tendo um significado religioso, político e sexual.

Estima-se que aproximadamente 9 milhões de pessoas foram acusadas, julgadas e mortas neste período, onde mais de 80% eram mulheres, incluindo crianças e moças que haviam *herdado este mal*.¹⁷ Na realidade, as ditas *bruxas* eram parteiras, enfermeiras e assistentes. Conheciam e entendiam sobre o emprego de plantas medicinais para curar enfermidades e epidemias nas comunidades em que viviam e, conseqüentemente, eram portadoras de um elevado poder social. Estas mulheres eram, muitas vezes, a única possibilidade de atendimento médico para pessoas pobres. Elas foram por um longo período médicas sem título. Aprendiam o ofício umas com as outras e passavam esse conhecimento para suas filhas, vizinhas e amigas. Elas foram consideradas “[...] símbolos do mal e da violência da natureza, capazes de provocar tempestades, doenças, matar

¹⁶ EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Hexen, Hebammen und Krankenschwestern**. 11. Auflage. München: Frauenoffensive, 1984, p. 10.

¹⁷ MENSCHIK, Jutta. **Feminismus, geschichte, theorie und praxis**. Köln: Verlag Pahl Rugenstein, 1977, p. 32.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

crianças. [...] Por isso, as mulheres desordeiras assim como a natureza em desordem precisavam ser controladas”.¹⁸

A Renascença, no século XVI e a Revolução Científica do século XVII pontuaram-se sobre a dominação da natureza, reduzindo-a a formas racionais. Evidente é que os homens passam a se denominar conhecedores da natureza. Com isso, “A tecnologia científica suscita o sonho de expandir a manipulação da natureza material, transformando porções sempre maiores dela em artefatos de uso humano”.¹⁹ Conforme já ponderado nesse trabalho, a opressão e submissão das mulheres surgiram muito antes do capitalismo. Porém, através do desenvolvimento do capitalismo, as diferenças de gênero foram sendo intensificadas. As mulheres foram, estrategicamente, encarregadas do trabalho doméstico, cuidando da casa, das crianças, dos velhos e doentes, além de exercerem o papel de servir o marido, que era o *provedor* do lar. Não se pode olvidar que tais obrigações domésticas foram vinculadas à *natureza* da mulher. Intencionalmente, o trabalho doméstico foi considerado gratuito e denominado como trabalho não produtivo. Ao capitalismo a submissão social das mulheres serviu inicialmente para diminuir os custos de reprodução do trabalho, uma vez que o salário do homem não precisava ser tão elevado, pois ele não necessitava pagar pelos serviços domésticos. Posteriormente, com a adesão dos homens a primeira e segunda Guerras Mundiais, as mulheres foram requisitadas para o mercado de trabalho: elas passaram a suprir as vagas nas fábricas e indústrias deixadas pelos homens, porém, sob as condições salariais mais baixas e tendo que manter, ao mesmo tempo, suas obrigações domésticas, permanecendo, com isso, a ideia de *naturalização* do papel feminino de cuidado e das obrigações domésticas. Mesmo diante dessa sobrecarga de trabalho, tal possibilidade de entrada na vida pública empoderou as mulheres que, rapidamente, aprenderam com muito êxito todas as tarefas até então desenvolvidas pelos

¹⁸ GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997, p. 10.

¹⁹ RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião**: rumo a uma teologia feminina, p. 75.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

homens e, ao mesmo tempo, iniciaram a busca por melhores condições de trabalho.²⁰

Contestando a ideia de naturalização dos papéis femininos, Simone de Beauvoir²¹ chama à atenção para o fato de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. Portanto, não é o *destino* biológico que determina as identidades femininas, mas as relações humanas que envolvem poder. Corroborando com Beauvoir, Marcela Lagarrde de los Ríos, antropóloga latino-americana e catedrática da Universidade Nacional Autônoma do México, desenvolve inúmeros estudos acerca dos feminismos e das condições das mulheres, ressaltando que a cultura é uma dimensão da existência que envolve os modos de vida e as concepções de mundo, ambos historicamente constituídos. Por conseguinte, a cultura vem a ser “[...] la distinción humana resultante de las diversas formas de relación dialéctica entre las características biológicas y las características sociales de los seres humanos”.²²

O que muitas vezes ocorre é que, a partir de características biológicas das mulheres, essas são definidas como seres que estão dentro da natureza e seguem as leis dessa, ou seja, as mulheres menstruam, engravidam, têm filhos, amamentam, entram na menopausa. Basaglia pondera que todas essas alterações e modificações nos corpos das mulheres são fases de sua história e, por isso, em muitas culturas, se deduz que tudo que está relacionado com a condição da existência das mulheres, tem a ver com a natureza humana: “[...] es débil por naturaliza, obstinada y Dulce por naturaliza, maternal por naturaliza, estúpida por naturaliza, y también péfida y amoral por naturaleza”, o que

²⁰ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007, p. 144.

²¹ BEAUVOIR, Simone. **Das andere Geschlecht: Sitte und Sexus der Frau**. Hamburg: Rowohlt, 1968.

²² DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde y. **Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas**. Madrid: Romanyà Vakks, 2011, p. 57. É importante se ter presente que tais afirmações não embargam a ideia do *relativismo cultural*, o qual pressupõe que o ser humano é totalmente resultado de processos culturais, justificando suas ações e comportamentos somente a partir da *cultura*. Eagleton salienta que, “Afirmar que somos criaturas inteiramente culturais absolutiza a cultura por lado e relativiza o mundo por outro”. Segundo o autor, não se pode olvidar que existem “[...] necessidades naturais – necessidades que temos apenas em virtude do tipo de corpo que somos, não importando a miríade de formas culturais que eles podem assumir [...]” (EAGLETON, Terry. **A idéia de Cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005, p. 134; 144).

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

significa que as mulheres que não se enquadram nestes critérios, são tidas como portadoras de fenômenos não naturais.²³

Encarna Sanahuja Yll, Professora de Pré-história da Universidade Autônoma de Barcelona, concentra seus estudos arqueológicos no intento de descobrir como ocorria a vida cotidiana na pré-história e, para tanto, desenvolve a argumentação de que a tarefa das mulheres de amamentar, cuidar das crianças, bem como de pessoas idosas e enfermas, aplicar remédios curativos, além de limpar o ambiente familiar favoreceram a ideologia de naturalização dessas tarefas, sendo as mesmas utilizadas como estratégias para a discriminação e dominação das mulheres. Para a autora, essa *naturalização* é “[...] fruto de un pensamiento androcéntrico en el que se sobrevalora el control del medio por parte del ‘hombre’ y la tecnología, negando así la sujeción humana a la naturaliza y también la materialidad del cuerpo”.²⁴

De los Ríos chama a atenção para o fato de que a história é capaz de proporcionar que os seres humanos abandonem a justificativa da exclusão, dominação e inferioridade das mulheres, a partir da *natureza feminina*: “Es imprescindible desarrollar la consciencia de *ser históricas* y, al vivir, ser sujetas de la historia. Despojarnos de los ropajes metafóricos que nos animalizan e nos homologan con la tierra y asumir nuestra condición identitaria de *humanas*”.²⁵ Porém, a visão predominante na sociedade capitalista patriarcal é de que as mulheres estão intrinsecamente ligadas à natureza, motivo esse suficiente para naturalizar seus papéis e oprimi-las. Por conseguinte, a questão central desse debate gira em torno do fato de que, assim como as mulheres, na visão capitalista patriarcal, a natureza não passa de um mero objeto de exploração.

²³BASAGLIA *apud* DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde y. **Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas**, p. 56, Nota de Rodape n. 1.

²⁴ YLL, Encarna Sanahuja. **La cotidianeidad em la prehistoria: la vida y su sostenimiento. Mujeres, Voces y Propuestas**. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2007, p. 88.

²⁵ DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde y. **Los cautiverios de las mujeres: Madresposas, monjas, putas, presas y locas**, p. 31.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

2. ECOFEMINISMO: ALIANDO ECOLOGIA E FEMINISMO RUMO A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

"Ecologismo y feminismo [...] simbolizan la búsqueda de condiciones de vida más igualitarias entre los seres humanos que, al mismo tiempo, sean respetuosas con el medio ambiente y todas las formas de vida".²⁶

Diante da crise ambiental mundial e da consciência de que o planeta precisa ser preservado para garantir a sobrevivência das espécies, inclusive a humana, houve um despertar de valores ecológicos, ou seja, valores ligados à *Deusa* cultuada pelos povos pagãos, como o respeito a todas as formas de vida no planeta e a convivência na diversidade. Isso remonta a valores *tidos* como femininos: o cuidado e a solidariedade. Como visto anteriormente, a justificativa de que as mulheres estão mais perto da natureza do que os homens traz o risco da interpretação de que elas estão numa posição intermediária onde a cultura está vinculada a esfera masculina, enquanto a natureza não controlada, à esfera feminina. Assim, as características fisiológicas das mulheres poderiam ser utilizadas como argumento para serem consideradas inferiores aos homens, "[...] caindo num nível inferior da hierarquia entre natureza e cultura".²⁷ Percebe-se, portanto, uma desvalorização da mulher baseada na desvalorização da própria natureza.

Nesse contexto, Ruether chama a atenção que, ao analisar a submissão e exploração das mulheres, é de fundamental importância ter presente a crítica e a superação da hierarquia criada dos seres humanos sobre a natureza. Para Eisler, "Hoje em dia, até a natureza parece estar se rebelando contra a androcracia: erosão, escassez de recursos, chuva ácida e poluição ambiental", não sendo uma rebelião contra a tecnologia, mas sim "[...] contra o uso destrutivo e abusivo da tecnologia pela sociedade de dominação, onde os homens têm necessidade de

²⁶ MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ökofeminismus**. Beiträge zur Praxis und Theorie. Zürich: Rotpunkt-Verlage, 1995.

²⁷ RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião**: rumo a uma teologia feminina, p. 66.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

conquistar incessantemente – seja a natureza, as mulheres ou os outros homens”.²⁸

Da pluralidade de enfoques existentes nos Movimentos Feministas contemporâneos e, na busca de compreender fatores geradores da dominação feminina, deu-se termo ao movimento chamado de *ecofemismo*. Para esse debate, o ecofeminismo, nas suas mais variadas interpretações e vertentes, tem contribuído procurando aliar os debates feministas às questões de preservação e manutenção da vida saudável e digna, em todas as suas formas. Assim, os movimentos ecofeministas e ecológicos convergem no sentido de construir e propor formas de viabilizar uma melhor convivência no planeta, opondo-se, portanto, a dupla exploração capitalista e patriarcal do ecossistema e das mulheres, a fim de alcançar um ponto de encontro para o desenvolvimento sustentável.²⁹

O ecofeminismo originou-se de diversos movimentos sociais – de mulheres, pacifistas e ambientais – no final da década de 1970, os quais, em princípio, atuaram unidos contra a construção de usinas nucleares. O movimento ecofeminista traz à tona a relação estreita existente entre a exploração e a submissão da natureza, das mulheres e dos povos estrangeiros, pelo poder patriarcal.³⁰ Em busca de uma compreensão e análise crítica, o ecofeminismo proporciona uma nova visão de tomada de consciência da falta de valorização das práticas do cuidado com a natureza e com os seres humanos, criticando

²⁸ EISLER, Riane. **O cálice e a espada**: nosso passado, nosso futuro, p. 243.

²⁹ Dentro do contexto capitalista se torna bastante complexo definir *desenvolvimento sustentável*. Embora existam várias tentativas, a maioria delas acaba deparando-se com os limites dos moldes de desenvolvimento econômico, o qual justifica toda e qualquer ação sobre e contra a natureza, com base nas necessidades de consumo e de geração de postos de emprego. Assim, não é raro se constatar que, para muitos governos e para representantes do poder econômico, o desenvolvimento sustentável prioriza a visão economicistas, fazendo com que esses critiquem toda e qualquer legislação ambiental, pois essas são vistas como um entrave para o suposto *desenvolvimento* da sociedade. Ao mesmo tempo, adotam um discurso ambientalista embasado em algumas ações esporádicas a fim de se justificarem diante da sociedade e livrarem-se da responsabilidade da real proteção da natureza. .

³⁰ MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ökofeminismus**. Beiträge zur Praxis und Theorie. p. 23.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

estereótipos que são patriarcais. Nesse sentido, "Crisis ecológica, economia y estilos de vida están profundamente ligados".³¹

É salutar se ter presente que o ecofeminismo abrange várias formas de expressão e teorias e, de acordo com Puleo, pode ser dividido em três tendências³²:

a) *Ecofeminismo clássico*. Nesta tendência o feminismo denuncia a naturalização da mulher como um dos mecanismos de legitimação do patriarcado. Segundo o ecofeminismo clássico, a obsessão dos homens pelo poder tem levado o mundo a guerras suicidas, ao envenenamento e à destruição do planeta. Neste contexto, a ética feminina de proteção dos seres vivos se opõe à essência agressiva masculina, e é fundamentada através das características femininas igualitárias e por atitudes maternas que acabam pré-dispondo as mulheres ao pacifismo e à conservação da natureza, enquanto os homens seriam naturalmente predispostos à competição e à destruição;

b) *Ecofeminismo espiritualista do Terceiro Mundo*. Teve origem nos países do sul, tendo a influência dos princípios religiosos de Ghandi, na Ásia, e da Teologia da Libertação, na América Latina. Esta tendência afirma que o desenvolvimento da sociedade gera um processo de violência contra a mulher e o meio ambiente, tendo suas raízes nas concepções patriarcais de dominação e centralização do poder. Caracteriza-se também pela postura crítica contra a dominação, pela luta antisexistista, antiracista, antielitista e anti-antropocêntrica. Além disso, atribui ao princípio da cosmologia a tendência protetora das mulheres para com a natureza;

c) *Ecofeminismo construtivista*. Esta tendência não se identifica nem com o essencialismo, nem com as fontes religiosas espirituais das correntes anteriores, embora compartilhe ideias como antiracismo, anti-antropocentrismo e anti-imperialismo. Ela defende que a relação profunda da maioria das mulheres com a natureza não está associada a características próprias do sexo feminino, mas é

³¹ PULEO, Alcía H. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible, p. 10.

³² PULEO, Alcía H. **Feminismo y Ecología**, p. 37-39. Elencar essas três tendências não exclui outras formas de expressar as correntes do ecofeminismo.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

originária de suas responsabilidades de gênero na economia familiar, criadas através da divisão social do trabalho, da distribuição do poder e da propriedade. Para tanto, defendem que é necessário assumir novas práticas de relação de gênero e com a natureza.

Analisando as três correntes do ecofeminismo, Puleo alerta para a debilidade teórica existente nas duas primeiras tendências, como também para um possível risco de se afirmar a utilização de estereótipos femininos na sociedade. Embora o ecofeminismo construtivista seja defendido pela autora, a mesma chama a atenção para o fato desse vertente desconsiderar a importância da mística, o que acaba dificultando a mobilização das mulheres em torno do tema, elemento este que para o ecofeminismo espiritualista tem representado uma força prática efetivamente mobilizadora. Existe uma dificuldade muito grande de aproximar o discurso espiritual e o materialismo da cultura. Alguns autores como Wandana Shiva e Leonardo Boff afirmam que a religiosidade vem a ser um fator importante para a construção de um meio ambiente eticamente sustentável, pois mobiliza as pessoas e trabalha com princípios mais voltados para a ética da responsabilidade.³³

Ao que pese as correntes de pensamento ecofeminista apresentadas e suas contribuições, não se pode olvidar que a dominação das mulheres está baseada nos mesmos fundamentos e impulsos que levaram à exploração da natureza e a subjugação de povos. Tanto o meio ambiente como as mulheres são vistos pelo capitalismo patriarcal como *coisa útil*, que devem ser submetidas às supostas necessidades humanas, seja como objeto de consumo, como meio de produção ou como exploração. Fato é que, o capitalismo patriarcal apresenta uma intolerância diante de outras espécies, seres humanos ou culturas que julga serem subalternas ao seu poder, almejando, para tanto, dominá-las. Assim, o debate envolvendo o modelo econômico de desenvolvimento acaba sempre reaparecendo em torno dos limites do ecossistema.³⁴

³³ CASARES, Aurelia Martín. **Antropología de Género: culturas, mitos y estereotipos sexuales**. Tercera Edición. Universitat de València Madrid (Espanha): Ediciones Cátedra Grupo Anaya, S.A., 2012, p. 289.

³⁴ PULEO, Alcía H. **Ecofeminismo: para otro mundo posible**, p. 10.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

Neste contexto de desenvolvimento assumido pelo capitalismo patriarcal está inserido tanto o meio ambiente, quanto as mulheres. Ivone Gebara, teóloga feminista latino-americana, contribui com esse debate apontando que, diante dos padrões desenvolvimentistas atuais, o intuito do ecofeminismo é buscar recuperar e valorizar o ecossistema e as mulheres, num contexto onde “Estas foram relegadas pelo sistema patriarcal e particularmente pela modernidade a serem força de reprodução de mão de obra, ‘ventres benditos’, enquanto a natureza tornou-se objeto de dominação em vista do crescimento do capital”.³⁵

Além de serem igualadas à natureza nos esquemas de reconhecimento e exploração, as mulheres são mais afetadas pelas crises ambientais do que os homens. A fim de apontar elementos de compreensão e análise crítica sobre o tema acima exposto, Gebara reporta-se à francesa Nicole Claude Mathieu, afirmando que o fato das mulheres serem mais afetadas com as crises ambientais não engloba nenhuma relação dessas com a natureza, mas sim, envolve, em nível mundial, a existência de relações de poder exercida pelos homens sobre as mulheres. Diante desse contexto construído, as mulheres acabam sendo as maiores vítimas da destruição ambiental e são as primeiras a serem afetadas dos bens produzidos pelo meio ambiente, sofrendo sobre seus corpos as ameaças que o desequilíbrio ecológico as impõe.³⁶ Por isso, elas se preocupam mais com a saúde da família, reivindicam água potável, alimentos saudáveis, condições de vida salúbres.

Embora a história do feminismo seja mais antiga, é importante sua proximidade com o ecologismo, “[...] entendendo por tales los que no sólo demandan un reparo de recursos justo, sino plantean, además, otra forma de medir la calidad de vida”.³⁷ Essa nova compreensão de qualidade de vida pressupõe novos moldes de desenvolvimento baseados em padrões polêmicos de conduta social, em especial, em Estados organizados nos moldes capitalistas patriarcais. Puleo, baseando-se em estudos de Andrew Dobson, aponta para a necessidade de se reelaborar a concepção de cidadania, partindo-se da cidadania ambiental, que

³⁵ GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**, p. 10.

³⁶ GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**, p. 14-16.

³⁷ PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo: para otro mundo posible**, p. 08.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

está voltada somente para o âmbito público e correspondendo a perspectivas liberais, para uma cidadania ecológica que se desenvolve tanto no mundo público quanto no privado, vislumbrando a ideia de desterritorialização ecológica, bem como o comprometimento coletivo, inclusive no que tange as relações desiguais entre os países do sul e do norte do planeta.³⁸

Vale destacar ainda que, as ideias do ecologismo social, envolvendo a preocupação pela natureza e também pelas injustiças sociais, sempre estiveram presente nas ideias ecofeministas, uma vez que todas as correntes desse movimento relacionam o vínculo entre a opressão da natureza e das mulheres e buscam sua superação. Por conseguinte, Fritijof Capra, adepto à ecologia profunda afirma que, se os homens estivessem mais próximos às tarefas domésticas e de reprodução, haveria um ganho na qualidade de vida e, conseqüentemente, na proteção da natureza, uma vez que eles teriam uma percepção real da unidade e interdependência dos seres humanos com o meio ambiente.³⁹

3. REDISTRIBUIÇÃO E RECONHECIMENTO DE GÊNERO NA PERSPECTIVA ECONFEMISTA DE UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os Movimentos Feministas ocidentais têm travado vários debates envoltos em reivindicações do reconhecimento de suas identidades como seres humanos libertos do estigma de submissão, livres para decidirem sobre seus corpos e suas vidas, ao mesmo tempo em que buscam a implantação e/ou efetivação direitos de cidadania, bem como apontam para a necessidade de redistribuição de gênero e participação paritária dentro dos Estados democráticos. Porém, é característica de inúmeros movimentos feministas a abrangência de suas demanda para outras searas sociais, com debates étnicos e ambientais, como é o caso do ecofeminismo, abordado neste artigo.

³⁸ PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo**: para otro mundo posible, p. 270-271

³⁹ CAPRA, Fritijof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

Após análises envolvendo mulheres e natureza, bem como os movimentos ecofeministas que ponderam acerca da exploração e opressão da natureza e das mulheres, esse trabalho pretende submeter esses objetos de estudo às teorias de Nancy Fraser⁴⁰ e Axel Honneth⁴¹. Enquanto Fraser aborda em seus estudos questões envolvendo minorias e a subordinação social desses grupos, os quais, afirma ela, estariam nessa condição social, em especial, devido à distribuição injusta de recursos e bens, Honneth aponta o conflito social como sendo o fator central da Teoria Crítica e, a luta por reconhecimento, como sendo sua gramática. Nessa perspectiva, ele busca entender como as pessoas se movem na busca pelo reconhecimento, que é fruto de direitos violados.

Fraser pondera acerca da necessidade das mulheres buscarem, através dos movimentos feministas e, nesse caso do ecofeminismo, a alteração de seu *status* social através da redistribuição, para que o grupo possa participar integral e paritariamente na vida da sociedade, interagindo igualmente com os demais membros, a fim de que sejam desinstitucionalizados “[...] os padrões que impedem a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam”.⁴² Tais intentos são voltados para a busca da justiça social⁴³, nesse contexto vista como a justiça ambiental e a justiça para as mulheres. Diante do que já foi denotado anteriormente, a existência das mulheres foi sendo subjugada pelo patriarcado e pelas relações de poder e, as diferenças biológicas que as distinguia dos homens, passaram a ser encaradas como naturais e, assim como a natureza, menosprezadas. Com o avanço do capitalismo e o surgimento

⁴⁰ Nancy Fraser, filósofa estadunidense afiliada à escola de pensamento denominada Teoria Crítica e catedrática de Filosofia e Ciência Política da *New School for Social Research University*, em Nova York (EUA) é uma importante pensadora feminista voltada para estudos concernentes à justiça e a participação democrática.

⁴¹ Axel Honneth é filósofo e sociólogo alemão. Foi assessor direto de Jürgen Habermas e, atualmente é diretor do *Institut für Sozialforschung* (Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt) da Universidade de Frankfurt. É catedrático de Filosofia na *Johann Wolfgang oethe-Universität Frankfurt am Main* (Alemanha) e está ligado aos estudos da tradição da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt

⁴² FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova**. São Paulo, 70, p. 101-138, 2007a, p. 109.

⁴³ Fraser pondera que, “Questões análogas surgem em relação ao reconhecimento. Aqui, também, nem todas as disparidades são injustas, porque nem todas as hierarquias de valor institucionalizadas são injustas. Necessita-se, conseqüentemente, de uma maneira de distinguir, na participação as disparidades justas das injustas” (FRASER, Nancy, **Reconhecimento sem ética?** p. 127).

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

de movimentos feministas, essa situação foi sendo reconfigurada. As mulheres passaram a participar do mundo do trabalho forçando a criação de políticas e legislações que visavam a redistribuição de gênero. Porém, se faz *mister* ter presente que, sobretudo, esse modo de produção se utilizou dos corpos das mulheres como força de trabalho barata, explorando-o, como explorou e explora os recursos naturais. Com salários menores, grande índice de desemprego e trabalho informal, as mulheres são os maiores alvos das injustiças referentes a distribuição de recursos naturais, sendo que, grande parte das mulheres, em especial as pobres, vivem em estado de marginalidade e cerceamento de direitos de cidadania, motivo esse que ainda impulsiona movimentos feministas e de mulheres em busca de equidade de gênero. Nesse contexto, também se encontram os movimentos ecofeministas.

Nos últimos períodos, em especial diante de fatos históricos, como a derrocada de países tidos como socialistas/comunistas, o fortalecimento ideológico do capitalismo e a elevada evidência da política de identidade, houve um abandono da ideia de que as desigualdades e os problemas envolvendo lutas sociais estariam vinculados diretamente à má distribuição de renda, como é o caso dos movimentos feministas que, segundo Fraser, atualmente estão voltando-se prioritariamente para o reconhecimento das diferenças de gênero.⁴⁴

Para Fraser as demandas por reconhecimento fazem parte de um processo de evolução da sociedade capitalista pós-socialista, sendo que as lutas por redistribuição foram ressignificadas pela política de reconhecimento. Assim, os movimentos feministas foram, em grande parte, redirecionados para o imaginário culturalista, voltando-se incisivamente para as questões identitárias.⁴⁵ Assim como Fraser, as ideias ecofeministas chamam a atenção de que, além do reconhecimento identitário, a exploração capitalista patriarcal subjuga as mulheres e afasta-as do acesso à aos bens e recursos. Fraser considera que,

⁴⁴ FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça. p. 167-190. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010, p. 168.

⁴⁵ FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 15 (2): 291-308, maio-agosto, 2007b, p. 293.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

"[...] o que exige reconhecimento não é a identidade específica de um grupo, mas a condição de membros do grupo como parceiros integrais da interação social".⁴⁶

Assim, embora Fraser pondere que, tanto a redistribuição, quanto o reconhecimento identitário sejam importantes, uma vez que as dimensões econômica e social estão sempre conectadas, a primeira perspectiva se faz mais presente no debate, pois a política de redistribuição é mais ampla que a política do reconhecimento identitário, no sentido convencional. Não se pode, contudo, afirmar que "[...] a política de redistribuição enfoca exclusivamente as injustiças de classe, enquanto a 'política de identidade', inversamente, enfoca as injustiças de gênero, sexualidade e 'raça'"⁴⁷, mas sim, que ambas são dimensões da justiça que permeiam os movimentos sociais.

Os movimentos sociais, na visão da autora, devem buscar o reconhecimento de um novo *status* social, o qual é garantido a partir de uma participação paritária na sociedade, onde todas as pessoas devem ter o mesmo direito a ter estima social, como condição de igual oportunidade. Isso só é possível de se realizar, nos moldes da visão de Fraser, prioritariamente, através de políticas de redistribuição de gênero. Assim, o modelo de mudança de *status* do grupo discriminado acarreta melhores resultados na superação da subordinação do grupo, fazendo com que os membros do grupo possam participar paritariamente da sociedade, preservando suas peculiaridades identitárias.

Fraser analisa ainda as consequências normativas das diferenciações de classes que impedem a participação paritária. Tanto a estrutura de classes, quanto o *status* social se configuram como obstáculos que impedem a participação paritária, sendo que, a injustiça que advém do não reconhecimento, está acompanhada da má distribuição de renda e bens, assim como a má distribuição gera o não reconhecimento. Então, Fraser propõe a análise dos conflitos sociais de forma dualista, ou seja, considerando a redistribuição e, ao mesmo tempo o

⁴⁶ FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** p. 107.

⁴⁷ FRASER, Nancy. **Redistribuição, Reconhecimento e Participação:** Por uma Concepção Integrada da Justiça, p. 169.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

reconhecimento, não como uma questão identitária, mas como de *status* social.⁴⁸ Nesse aspecto, a autora considera as mulheres como sendo uma coletividade bivalente, ou seja, um grupo social injustiçado pela má distribuição econômica e, ao mesmo tempo, pela falta de reconhecimento cultural.⁴⁹

Nesse contexto de injustiça socioeconômica e de dominação cultural, Fraser é adepta ao dualismo de perspectiva.⁵⁰ Por isso, aponta como remédios para ambas as injustiças a mudança na estrutura política econômica diante da redistribuição de renda, da reorganização das relações de trabalho e da participação democrática na decisão dos investimentos do Estado, ao mesmo tempo em que propõe a reavaliação de identidades que se encontram estereotipadas, bem como o respeito à diversidade cultural. Como se pode observar, muitos desses intuitos se assemelham as bandeiras de luta ecofeminista.

As estratégias apontadas por Fraser para solucionar o dilema entre redistribuição e reconhecimento abarca a participação efetiva do Estado, através de medidas afirmativas, que buscam corrigir as injustiças sem modificar as estruturas que as formam, bem como de medidas transformativas que, ao contrário, priorizam a reestruturação da estrutura que as gera. Ao mesmo tempo em que apresenta essas propostas, a autora chama a atenção para o fato de que as medidas afirmativas podem inclusive criar mais problemas, pois não irão abolir as diferenças de classe, podendo criar uma estilização do grupo tido como favorecido. Já as medidas de transformação seriam responsáveis pela criação de empregos, minando as diferenças de classe.⁵¹

⁴⁸ FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** p. 107.

⁴⁹ FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça, p. 174-175. Ver FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**. São Paulo, 7[2], p. 617-634. Jul-Dez 2011.

⁵⁰ FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça, p. 182-187.

⁵¹ MATTOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, nº 63, p. 143-161. 2004, p. 148, nota de rodapé n. 09.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

A partir da compreensão de Fraser para as lutas de gênero é interessante combinar a redistribuição transformativa com o reconhecimento transformativo, a fim de se desmantelar o androcentrismo que ainda permeia as relações sociais e tantas injustiças que segue gerando.

Aproximando a preocupação exposta da relação da exploração das mulheres e da natureza ao plano da teoria do reconhecimento, defendida por Honneth, pode-se afirmar que essa teoria está mais voltada para a busca do reconhecimento da identidade individual das mulheres, justificando-se que a mesma precisa entender-se como mulher nas condições em que se encontra, buscando o reconhecimento do outro para a efetivação de sua integridade humana, necessitando, portanto, de reciprocidade, princípio esse também defendido pelo ecofeminismo. A teoria do autor pensa os conflitos sociais numa visão de busca intersubjetiva dos sujeitos e da coletividade. Por conseguinte, Honneth expõe a questão da luta pela dignidade humana da diversidade cultural acima das demandas por distribuição econômica defendida por Fraser, considerando o auto-conhecimento uma categoria fundamental na busca pelo reconhecimento.⁵²

No caso dos movimentos feministas e de mulheres, o auto-conhecimento é um fator importante na definição das identidades femininas. Embora as mulheres lutem por redistribuição econômica, a questão cultural identitária segue sendo determinante nas relações sociais pautadas pelo poder. Neste sentido, abordar o reconhecimento das variadas identidades das mulheres que se encontram dentro de um movimento social, neste caso do movimento ecofeminista, é de relevante importância, pois é através do auto-conhecimento que elas poderão ter presente, com mais clareza, sua condição de desrespeito e a violação de direitos humanos, a qual estão expostas e, até mesmo perceber a má distribuição de gênero, que encontram-se submetidas.

Honneth parte dos conflitos e suas configurações sociais e institucionais para explicar sua teoria. O conflito que gera a luta social não tem a ver com a autoconservação ou questões relacionadas de manutenção do poder, mas sim,

⁵² HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

com experiências intersubjetivas envolvendo situações de desrespeito social, as quais motivam a busca por restaurar relações que pautem o reconhecimento mútuo, como ocorre no caso das mulheres que experimentam vivências bastante diversas, embora pertencentes a um mesmo movimento social.⁵³ A vista do acima mencionado é importante ter presente que Honneth apresenta a teoria do reconhecimento como sendo “[...] as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucionalmente e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades”.⁵⁴

Enquanto Fraser trabalha o dualismo para a análise dos conflitos sociais, gerados, segundo ela, através da má distribuição de renda e do não reconhecimento da diversidade cultural, trabalhando o reconhecimento especificamente como busca de *status* social, Honneht advoga voltado para o monismo moral, ou seja, para ele, os conflitos sociais têm por objeto central a luta por reconhecimento.

Antes de afirmar que os conflitos contemporâneos são meramente lutas por reconhecimento cultural, Honneth chama a atenção de que é preciso averiguar quais são as formas morais relevantes de privação e sofrimento. Além disso, ressalta que “[...] a experiência de desrespeito social pode motivar um sujeito a entrar numa luta ou num conflito prático”.⁵⁵ Com efeito, o processo que desencadeia a luta para a formação prática da identidade do indivíduo em busca de reconhecimento, possui três dimensões distintas que contribuem para a evolução moral do indivíduo: a) esfera emotiva, b) esfera jurídico moral e c) esfera de estima social. A vista disso, Honneth fundamenta sua teoria do reconhecimento, baseada no conflito, estabelecendo padrões de reconhecimento intersubjetivo, que são: a) O *amor*, visto da forma mais genérica possível, ou seja, como ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, sendo aquela

⁵³ NOBRE in: HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais, p. 17.

⁵⁴ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais, p. 156.

⁵⁵ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais, p. 219-220.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

motivação que gera auto-confiança, amizade. O amor representa a primeira etapa do reconhecimento recíproco, reconhecendo-se como seres carentes; b) O *direito*, aqui visto como o auto-reconhecimento. Vale destacar que a relação jurídica parte das relações de amor, porque nas relações de amor existem duas partes que realizam inteiração e, portanto, precisam de regras. As pessoas só podem perceber que são portadoras de direitos, quando sabem que existem obrigações em face do outro e, por fim, c) A *solidariedade*, tratada a partir da auto-estima do reconhecimento e da interação social, que configura uma relação interativa, onde os sujeitos se interessam de forma recíproca pelos modos de vida distintos dos seus, uma vez que nutrem sentimentos de estima. Tal solidariedade é importante para a convivência grupal.⁵⁶

Os elementos acima apresentados e, que contribuem para a evolução moral dos indivíduos são de extrema importância para os movimentos feministas e suas lutas, pois, consideram fatores subjetivos que permeiam a vida das mulheres e que, ao final da análise possibilitam uma maior coesão do grupo em busca das demandas propostas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Nós, as mulheres, marchamos há muito tempo para denunciar e exigir o fim da opressão que vivemos por sermos mulheres, para dizer que a dominação, a exploração, o egoísmo e a procura desenfreada do lucro que levam às injustiças, às guerras, às conquistas e às violências devem terminar".⁵⁷

A proposta inicial desse trabalho foi traçar alguns aspectos acerca de temas envolvendo *mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável* diante de uma gama elevada de estudos já realizados, buscando elucidar se a relação entre as mulheres e a natureza seria uma pré-disposição natural ou o resultado

⁵⁶ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: A gramática moral dos conflitos sociais, p.155-2012.

⁵⁷ CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE. Disponível em: <<http://www.metroviarios-sp.org.br/cartasabertas/carta090205mulheres.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2014.

das relações humanas de poder, assim como verificar qual é a relação existente entre a exploração e dominação da natureza e a dominação e subordinação das mulheres nas relações de gênero, sob o enfoque de movimentos ecofeministas. Inúmeras correntes de pensamento foram apresentadas, demonstrando-se leituras e interpretações diversas acerca do tema proposto, todas elas contribuindo, de alguma forma, para desvelar as respostas buscadas.

Assim sendo, o que se verifica é que as identidades humanas são construções históricas baseadas em relações de poder. Não se pode olvidar que os seres humanos também são compostos biologicamente, com necessidades peculiares a cada sexo e que pertencem ao âmbito de sua natureza. Porém, o problema encontra-se quando, o que era diferença ou característica biológica vira pressuposto de desigualdade, como ocorre com as mulheres que, historicamente foram subjugadas, em especial pela suposta *naturalização* da maternidade e do cuidado. No contexto do debate ecofeminista, é importante se ter presente as constatações acima expostas, a fim de que não se reproduza e reforce o argumento de que *a mulher está mais próxima da natureza* e, com isso, se justifique posicionamentos patriarcais.

Embora as diversas correntes ecofeministas vislumbrem formas diferentes de justificar a proximidade das mulheres com a natureza e, ao que pesem suas deficiências teóricas, todas elas contribuem para o debate central que é a exploração das mulheres e da natureza pelo capitalismo patriarcal e, a necessidade de superar estas formas de opressão, como um pressuposto para a viabilização do desenvolvimento sustentável. Não é novidade que, principalmente as mulheres pobres do Terceiro Mundo, que vivem em uma economia de subsistência, são as maiores vítimas da crise ambiental em seus países, pois são as primeiras a sentirem o reflexo da diminuição da qualidade de vida causadas pela poluição ou escassez dos recursos naturais, os quais são explorados indiscriminadamente para satisfazer as *necessidades* capitalistas.

Buscando-se um esquema de compreensão e análise da redistribuição e reconhecimento de gênero, a partir de uma visão ecofeminista, pode-se afirmar que, tanto a teoria de Fraser, quanto a de Honneth contribuem para perspectivas

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

de efetivação de ações voltadas para questões envolvendo identidade de gênero, uma vez que é fundamental que as mulheres se auto-reconheçam como indivíduos em condição de opressão e submissão, buscando a redistribuição de bens e recursos que, na maioria das vezes se encontra sob o domínio masculino e, por fim, envolvendo a participação paritária das mulheres na sociedade, a fim de que essas possam partilhar valores mais próximos à proteção e ao cuidado com a natureza, os quais foram incorporados no decorrer dos milênios por elas, não por um fator natural, mas pela condição de vida que lhes foi imposta e que agora, diante da incontestável crise ambiental, podem contribuir para apontar alternativas que sejam de fato sustentáveis.

Para finalizar, não se pode olvidar que a lógica do modelo de produção capitalista tem se demonstrado incompatível com as exigências ecológicas para a sustentabilidade da vida no planeta e para a inclusão social das pessoas, garantindo qualidade de vida para todos e todas. Deste modo, tanto a solução da crise ambiental, quanto da opressão das mulheres não devem ser tratadas como problemas isolados. A humanidade encontra-se em um momento bastante delicado e repleto de crises sistêmicas. Salutar se faz perceber que a salvação das diversas formas de vida no planeta, assim como a emancipação não só das mulheres como de todos os seres humanos, dependem de uma mudança estrutural e organizacional da sociedade onde os moldes do capitalismo patriarcal sejam substituídos por relações de parceria e solidariedade. Acima de tudo, é imprescindível que a humanidade tenha sempre presente que a ética do cuidado entre os seres humanos, com os animais e com toda a biodiversidade do planeta é uma tarefa de todos e todas, assim como dos governos.

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

BADINTER, Elisabeth. **Um é o outro**. Relações entre homens e mulheres. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

BEAUVOIR, Simone. **Das andere Geschlecht: Sitte und Sexus der Frau**. Hamburg: Rowohlt, 1968.

CAPRA, Fritijof. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoeopolitica - ISSN 1980-7791.

CARTA MUNDIAL DAS MULHERES PARA A HUMANIDADE. Disponível em: <http://www.metroviarios-sp.org.br/cartasabertas/carta090205mulheres.pdf>.

Acesso em: 07 set. 2014.

CASARES, Aurelia Martín. **Antropología de Género: culturas, mitos y estereotipos** sexuales. Tercera Edición. Universitat de València Madrid (Espanha): Ediciones Cátedra Grupo Anaya, S.A., 2012.

DE LOS RÍOS, Marcela Lagarde y. **Los cautiverios de las mujeres:** Madresposas, monjas, putas, presas y locas. Madrid: Romanyà Vakks, 2011.

EAGLETON, Terry. **A idéia de Cultura**. Tradução Sandra Castello Branco. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. **Hexen, Hebammen und Krankenschwestern**. 11. Auflage. München: Frauenoffensive, 1984.

EISLER, Riane. **O cálice e a espada:** nosso passado, nosso futuro. Tradução de Ana Luiza Dantas Borges, Rocco. Rio de Janeiro, 2007.

EISLER, Riane. **O prazer sagrado:** sexo, mito e política do corpo. Tradução de Tônia Van Acker. São Paulo: Palas Athena, 1996.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? **Revista Lua Nova**. São Paulo, 70, p. 101-138, 2007a.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 15 (2): 291-308, maio-agosto, 2007b.

FRASER, Nancy. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**. São Paulo, 7[2], Jul-Dez, p. 617-634. 2011.

FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: Por uma Concepção Integrada da Justiça. In: SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). **Igualdade, Diferença e Direitos Humanos**. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010. p. 167-190.

GEBARA, Ivone. **Teologia Ecofeminista**. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na pós-modernidade**. Tradução: Thomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2005.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento:** A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. Apresentação de Marcos Nobre. 2. ed. 2009, 1ª reimpressão 2011. São Paulo: Ed. 34, 2003.

ANGELIN, Rosângela. Mulheres, ecofeminismo e desenvolvimento sustentável diante das perspectivas de redistribuição e reconhecimento de gênero. Estamos preparados?. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.9, n.3, 3º quadrimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. **Lua Nova**, nº 63, p. 143-161. 2004.

MENSCHIK, Jutta. **Feminismus, geschichte, theorie und praxis**. Köln: Verlag Pahl Rugenstein, 1977.

MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ökofeminismus**. Beiträge zur Praxis und Theorie. Zürich: Rotpunkt-Verlage, 1995.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

PULEO, Alícia H. Feminismo y Ecología. **El Ecologista**. Nº 31. Espanha, 2002.

PULEO, Alícia H. **Ecofeminismo: para otro mundo posible**. Segunda Edición. Valência (Espanha): Ediciones Cátedra Universitat de València – Instituto de la Mujer, 2013

RUETHER, Rosemary R. **Sexismo e Religião: rumo a uma teologia feminina**. Tradução de Walter Altmann; Luís Marcos Sander. São Leopoldo, RS: Sinodal, 1993.

YLL, Encarna Sanahuja. **La cotidianeidad em la prehistoria: la vida y su sostenimiento**. Mujeres, Voces y Propuestas. Barcelona: Icaria Antrazyt, 2007.

Submetido em: Novembro/2014

Aprovado em: Novembro/2014